

03 DEZ 2019

FOLHA DE S. PAULO

TJ-SP elege presidente pressionado por gastos e futuro de obra bilionária

Três candidatos disputam sucessão de Manoel Pinheiro Calças; eleito vai manejar orçamento de cerca de R\$ 12 bilhões ao ano

José Marques

SÃO PAULO Sob pressão para cortar gastos e definir se retoma o projeto de um prédio bilionário, o Tribunal de Justiça de São Paulo elege nesta quarta-feira (4) seu presidente pelos próximos dois anos.

O futuro chefe da maior corte do Brasil, que será escolhido pelos 360 desembargadores, já assumirá com a responsabilidade de se adequar a um novo limite de despesas com pessoal imposto pelo Tribunal de Contas do Estado, com base em entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional.

Três candidatos querem suceder o atual presidente, Manoel Pereira Calças, 69; o vice-presidente Artur Marques, 73, tido como principal nome de continuidade, o corregedor-geral, Geraldo Pinheiro Franco, 63, e o desembargador Carlos Henrique Abrão, 60.

Reservada, a campanha correu de gabinete em gabinete e evitou debates e trocas de ideias públicas. O presidente do tribunal ficará à frente de um orçamento que tem sido próximo de R\$ 12 bilhões ao ano.

Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o máximo que o Judiciário estadual pode gastar com pessoal anualmente é 6% da receita corrente líquida do estado. No entanto, o cálculo dessa receita era maior até este ano, porque incluía os valores

correspondentes à tributação do Fundeb (fundo de desenvolvimento da educação básica) e às emendas parlamentares.

Mesmo com esse limite mais alto, o Judiciário paulista teve gastos com pessoal que chegaram a 94% do teto no segundo quadrimestre deste ano — nível considerado de alerta.

O TCE permitiu que a corte se adeque ao novo cálculo até o fim da gestão do próximo presidente. Se, em um ano, essa despesa com funcionários ultrapassar 95%, haverá uma série de medidas que passam a ser vetadas, como contratações e reajustes.

Com 41 mil servidores ativos, 21 mil inativos e um dos maiores percentuais em folha de cargos em comissão do Brasil (34%, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça), o futuro presidente terá que equacionar esse gasto e sofrerá pressões do funcionalismo por reajuste e reposição de vagas.

“Nós vamos bater na reposição salarial do ano e também do passado, que é o mesmo valor que eles deram para eles mesmos, de 13%”, afirma José Gozze, presidente da Assetj (associação de servidores).

“Se eles tiverem dificuldade na questão da folha, o caminho será pedir aumento do auxílio-saúde e auxílio-alimentação, que não fazem parte da folha, são do

fundo especial do TJ”, afirma. O auxílio-saúde atual é de R\$ 336 e os servidores pedem, no mínimo, R\$ 500.

Os três candidatos à presidência foram questionados pela Folha sobre o que farão para diminuir as despesas. Eles responderam por email.

O vice-presidente, Artur Marques, disse que a solução, que “envolve a impossibilidade de contratação”, é “aproveitar ao máximo os recursos de tecnologia da informação, utilizar da inteligência artificial e capacitar melhor nosso pessoal nessa área”.

Ele diz que o número de funcionários tem caído com os anos, assim como a proporção entre ativos e inativos.

“Os nossos serviços dependem significativamente da mão-de-obra e a falta de reposição de servidores tem duplo impacto: o mais visível é o aumento do tempo na tramitação dos processos; o menos visível é o impacto que isso também gera no orçamento destinado ao pagamento de aposentadorias”, afirma.

Para o corregedor-geral, Geraldo Pinheiro Franco, “será preciso planejar estratégias de força de trabalho, gerindo a racionalização de pessoas, cargos e varas”.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

03 DEZ 2019

“As despesas com pessoal são necessárias porque somos prestadores de serviço. Mas teremos dificuldades e as enfrentaremos, mercê do novo cálculo da renda corrente líquida do Estado”.

Já Carlos Henrique Abrão diz que pretende “fazer um estudo profundo e reengenharia de pessoal para saber aonde temos que cortar e em qual setor contratar, um raio-X de envergadura e transparência”.

A gestão do presidente Peireira Calças, cujo mandato no TJ vai de 2018 a 2019, teve como destaques medidas de austeridade, como devolução de prédios, renegociação de contratos e redução de custos.

Ao mesmo tempo, entrou em guerra com o CNJ para viabilizar a contratação de uma plataforma da Microsoft por R\$ 1,3 bilhão e lançou a licitação para o projeto executivo de um novo prédio estimado em R\$ 1,2 bilhão — com heliponto, abrigaria o gabinete de todos os desembargadores.

Em um de seus últimos atos, cancelou a concorrência, que era questionada por uma desembargadora. Disse que seria mais prudente que o próximo presidente “possa, com viés na conveniência e na oportunidade com mais acurácia, decidir a respeito”.

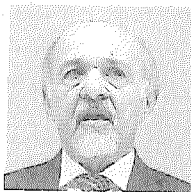
Artur Marques diz que levará a questão para o Órgão Especial, que reúne os 25 desembargadores da cúpula do TJ, “por não se tratar de uma obra que possa ser concretizada em uma única gestão”. “A decisão deve ser tomada à vista de um planejamento de longo prazo e do confronto de prioridades.”

Abrão não é a favor da continuidade da obra. “Não gastaremos um centavo além do previsto e descentralizaremos ao máximo, inclusive gabinetes dos desembargadores para o interior”, afirma.

Pinheiro Franco disse que o assunto “está prejudicado”. “O eminente presidente da corte deliberou revogar a licitação voltada à contratação, condição para posterior edificação.”

Além do presidente, os desembargadores escolherão o vice, o corregedor-geral e os presidentes das seções de direito público, privado e criminal da corte. A votação será, pela primeira vez, eletrônica. A justificativa: isso reduz as abstenções. O pleito é restrito aos desembargadores, a elite da Justiça de São Paulo, e nem juizes substitutos que atuam na segunda instância votam.

Os candidatos à presidência do TJ-SP



Artur Marques da Silva Filho

73 anos, formado em direito pela Faculdade de Direito Padre Anchieta de Jundiá (1976). Na magistratura desde 1978 e no TJ-SP desde 2005. É vice-presidente no biênio 2018/2019



Carlos Henrique Abrão

60 anos, formado em direito pela PUC/SP (1981), com mestrado e doutorado pela USP. Foi procurador na cidade de SP e está na magistratura desde 1987. No TJ-SP desde 2013

NÚMEROS DO TJ-SP, O MAIOR DO BRASIL

360

Desembargadores

2,6 mil

Magistrados

43 mil

Servidores

R\$ 12 bi

É a previsão de orçamento para 2020, ainda não aprovada

25%

do total de processos em andamento de toda a Justiça brasileira, com

20 mi

de casos pendentes no fim de 2018

Fontes:
TJ-SP e CNJ



Geraldo F. Pinheiro Franco

63 anos, formado pela Faculdade de Direito da USP (1979). Na magistratura desde 1981 e no TJ-SP desde 2005. É corregedor-geral da Justiça do TJ no biênio 2018/2019

03 DEZ 2019
FOLHA DE S. PAULO

Não é hora de discutir estrutura do Judiciário, diz juíza eleita para AMB

Renata Gil, 48

Formada em direito pela Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), é especialista em segurança pública formada pela UFF (Universidade Federal Fluminense). É juíza há 21 anos, tendo atuado por quase todo o período na área criminal. É representante da Justiça estadual na Enccla (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro) e presidente da Amaerj (Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro)



Renata Gil será primeira mulher a ocupar presidência de associação de magistrados

CONTINUA

03 DEZ 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ENTREVISTA RENATA GIL

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO A juíza Renata Gil, 48, recém-eleita para a presidência da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), afirmou à Folha que esse não é o momento de discutir a estrutura e a remuneração dos membros do Judiciário.

Para ela, o debate fica contaminado num cenário em que o Poder tem tido protagonismo no combate à corrupção.

“Eu assisti ao dia da aprovação da lei [de abuso de autoridade]. Senadores falavam que a lei era necessária avaliando situações pessoais. No momento em que o Judiciário está sendo tão chamado a entregar para a sociedade o que ela precisa e cobra, não é o momento de discutir a estrutura do Poder”, disse.

Juíza há 21 anos, a maioria dos quais na área criminal, ela afirma não ver com pessimismo as recentes decisões do STF (Supremo Tribunal Federal) vinculadas ao combate à corrupção. Para ela, a corte está num processo de uniformização de procedimentos que só pode ser avaliado ao final.

“Não podemos analisar as decisões isoladamente. Talvez nós nos surpreendamos com o resultado conjunto. Acho que ao final teremos uma linha segura de segurança jurídica.”

Primeira mulher eleita para o cargo, ela assume a AMB em 11 de dezembro.

A sra. assumirá o cargo num momento de questionamen-

to do Poder Judiciário. Como avalia esse cenário? Hoje os programas de TV discutem as decisões judiciais com não especialistas. É bom porque abre o Judiciário para o país, mas a gente tem a sociedade participando de algo que é muito interno. Isso acontece porque o Judiciário foi chamado para o combate à corrupção.

Há quem aponte prejuízo nesse tema com as recentes decisões do STF. Não podemos analisar as decisões isoladamente. Talvez nós nos surpreendamos com o resultado conjunto de todas essas questões. Acho que ao final teremos uma linha segura de segurança jurídica.

Mas há uma crítica sobre a mudança, em três anos, na análise sobre prisão em segunda instância. Em relação à segunda instância, os juízes responderam na pesquisa [feita pela AMB] que a decisão vencida deveria ser vencedora. Tivemos uma posição quase vencedora [no STF].

Por que há esse descompasso entre os magistrados e os ministros? O STF é guardião da Constituição, analisa todos os ferimentos aos direitos e às garantias individuais. Não que os juízes não observem esses direitos. Mas a nossa visão é diferente da do Supremo.

Houve o debate sobre o envio de dados sigilosos ao ministro Dias Toffoli. A sra. vê algum abuso? Não existe um órgão com maior dever de guarda de sigilo do que uma autoridade

judicial. A UIF [Unidade de Inteligência Financeira, antigo Coaf] já é um órgão com muita força e não há como voltar atrás. Só com desfazimento da unidade [para abalar sua atuação].

Como vê a proposta de CPI sobre o Judiciário? É mais uma tentativa de atacar a independência judicial. A ação da magistratura brasileira no enfrentamento às organizações criminosas, estejam ou não envolvidas com atos de corrupção, incomodam.

Como avalia os diálogos vazados sobre a atuação do ex-juiz Sergio Moro? Isso vai ser objeto de avaliação do STF. Vou me abster de comentar. Posso dizer que as decisões do ministro Sergio Moro sempre foram confirmadas por todas as cortes.

Caso a análise do STF seja desfavorável ao Moro, será um problema. Será uma surpresa pelo que conheço do juiz Sergio Moro. É um juiz discreto. Não conheço os termos da suposta violação da imparcialidade. Seria uma exceção.

A entrada dele no governo não associou a Lava Jato ao bolsonarismo? Essas manifestações estão muito maculadas pelo cenário político atual. Os primeiros atos dele foram a apresentação do pacote de projetos para combate à corrupção. Demonstra que ele segue uma linha anterior à assunção como ministro do governo. Mas nossas pautas com ele têm sido ligadas à estrutura da magistratura e do Judiciário.

CONTINUA

Que tipos de pauta? Tivemos um encontro sobre a lei de abuso de autoridade [que entra em vigor em janeiro]. Na nossa visão a lei é inconstitucional. Ela foi promulgada num momento inoportuno.

Por quê? Porque era o momento que a gente discutia o combate à corrupção e a lavagem de dinheiro. Eu assisti ao dia da aprovação da lei. Senadores falavam que a lei era necessária avaliando situações pessoais. Essa é uma lei que trata da atividade interpretativa do juiz. Deveria ter sido discutida de forma mais ampla com a sociedade e a magistratura. O juiz passa a ser julgador e investigado ao mesmo tempo.

Não faltou protagonismo à própria magistratura para propor alterações de forma clara? Não só na lei de abuso de autoridade, como a questão dos vencimentos. Nós discutimos o tempo inteiro essas questões com o Parlamento. Mas a vontade hoje no Legislativo é diferente. Tem um calor dos acontecimentos.

No momento em que o Judiciário está sendo chamado a entregar para a sociedade o que ela precisa e cobra, não é o momento de discutir a estrutura do Poder Judiciário. Isso tem que se discutido num momento calmo, em que não haja esse estresse entre as instituições.

Vamos ter um momento calmo a curto prazo? Não é o momento dessa reforma constitucional do Poder Judiciário. O que se está pretendendo da alteração da remuneração da magistratura, da estrutura da magistratura, Previdência... Que garantias são essas desses magistrados independentes que estavam todas previstas na Constituição e que hoje são alteradas nas PECs [propostas de emenda à Constituição] que vêm sendo apresentadas como reformas e nas quais entra o Judiciário?

Na nossa avaliação, o momento de discussão de tudo isso não é esse. No momento em que o Judiciário está exercendo o seu papel, não deveria estar canalizando suas energias para isso.

O Judiciário é visto como privilegiado por penduricalhos [pagamentos extras em engordam salário]. Nós somos o teto do funcionalismo. E num país com tantos milhões de pessoas desempregadas, e alguns abaixo da linha da pobreza, realmente há um distanciamento.

Mas, se pensar que as garantias remuneratórias são garantias do próprio funcionamento do Poder Judiciário, jamais pensaríamos que isso deveria estar em discussão.

A liminar do ministro Luiz Fux que universalizou o auxílio-moradia por quatro anos não intensificou esse desgaste? O desgaste com o auxílio-moradia gerou uma interpretação errada da remuneração da magistratura, mas que está sendo adequada pelo CNJ [Conselho Nacional de Justiça]. Nem vejo mais necessidade que o Parlamento trate disso. Nós queremos tratar os magistrados como um funcionário como outro qualquer?

Nós não temos FGTS, jornada de trabalho, não podemos nos candidatar. Isso tudo tem uma razão de ser, porque nós somos agentes políticos, somos diferentes. Se somos diferentes, não podemos entrar na formatação remuneratória do servidor comum.

Temos uma leva de ex-juizes se candidatando... [Interrompe] Ex-juiz. Ele é um cidadão. Todo mundo tem vontades. Num país de 230 milhões de habitantes, vamos encontrar pessoas que achavam que eram vocacionadas para a magistratura e hoje são vocacionadas à vida política.

Por que eles são bem sucedidos? Porque o Poder Judiciário é muito bem avaliado. No fundo, as pessoas creem no Poder Judiciário, acreditam na imparcialidade.

Isso não pode colocar em dúvidas as decisões anteriores desses ex-juizes? É uma avaliação natural. Mas não acho que macule. Não temos nenhum caso consagrado de violação da imparcialidade.

A sra. foi a primeira mulher a ser eleita na AMB. Sofreu alguma dificuldade na carreira pelo gênero? Há casos de preconceito. Preconceito é algo que você precisa sentir. Eu sempre ultrapassei tudo isso. Quando cheguei como juíza criminal à capital, a minha autoridade era o tempo inteiro testada.

O advogado fala mais alto, sobe no tablado em cima de você. Ele não faz isso com o juiz, faz com a juíza. Quando eu estava há um ano, todo mundo já conhecia a doutora Renata. Começaram a respeitar e não tive mais problema nenhum.

“

O STF é guardião da Constituição, analisa todos os ferimentos aos direitos e garantias individuais. Não que os juizes não observem esses direitos. Mas a nossa visão é diferente da do Supremo

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

BOLA DIVIDIDA

A possibilidade de Sergio Moro ser candidato a vice-presidente de Jair Bolsonaro em 2022 racha a base do governo. Uma parte da bancada evangélica, por exemplo, é contra a ideia.

SOMA “O ministro Moro tem apoio da mesma base de eleitores conservadores do presidente. É preciso somar, atrair outros grupos”, diz o deputado Marco Feliciano (Podemos-SP). “Os evangélicos, por exemplo, vão ser disputados a tapa”, segue ele. “O presidente precisa fidelizar esse grupo.”

SUBTRAÇÃO Moro também tem resistência de setores políticos que apoiam Bolsonaro e que rejeitam o ex-juiz por seu passado na Operação Lava Jato.

CURVA O Banco do Brasil registrou recorde de resgates eletrônicos de depósitos judiciais em 2019: 1 milhão de operações até outubro, num total de R\$ 18,9 bilhões. Em 2018 foram 700 mil resgates, de R\$ 10,8 bilhões.

NO BOLSO As operações se referem a valores que estão retidos, sendo liberados só após decisão da Justiça.

DE PERTO O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Gianpaolo Smanio, designou uma promotora do júri para acompanhar a investigação sobre as nove mortes em Paraisópolis. A informação foi dada por ele a parlamentares e entidades que o visitaram na segunda (2).

SENDO CLARO A iniciativa mostra, no entendimento dos deputados, que o caso será tratado como investigação de homicídio.

03 DEZ 2019

PAINEL

PARA O RALO 1 O corregedor nacional do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), Rinaldo Reis Lima, determinou o arquivamento de reclamação apresentada pelo deputado Paulo Teixeira (PT-SP) contra Deltan Dallagnol.

PARA O RALO 2 O parlamentar pediu investigação sobre a conduta do procurador após mensagens divulgadas pela Folha e pelo The Intercept mostrarem que Deltan deu palestra à empresa Neoway Tecnologia, citada em delação de lobista envolvido no pagamento a políticos do MDB.

PARA O RALO 3 O corregedor, porém, entendeu que não há sinais de que Deltan tenha participado da negociação sobre acordo de colaboração e que ainda declarou-se suspeito e se afastou do caso.

03 DEZ 2019

FOLHA DE S. PAULO

Supremo adia para 2020 discussão sobre retirada de conteúdo da internet

Paula Soprana

SÃO PAULO Após pressão de gigantes de tecnologia, academia e ONGs de direitos na internet, o Supremo adiou para 2020 julgamento marcado inicialmente para esta quarta (4) que pode alterar o Marco Civil da Internet, de 2014, e mudar as regras para retirar conteúdo da rede.

Baseada em dois recursos de vítimas que reivindicaram a remoção de conteúdos do Google e do Facebook, casos de 2010 e 2014, a corte vai definir se o artigo 19 do marco da internet é constitucional.

Mais debatido durante a elaboração da legislação — que durou sete anos —, o 19 determina que aplicações de internet, como blogs, sites jornalísticos e redes sociais, sejam responsabilizados caso não removam conteúdos após ordem judicial.

Uma mudança pode determinar que qualquer plataforma seja responsabilizada se não excluir uma foto, mensagem ou vídeo após simples notificação de usuários que se sintam ofendidos.

Na prática, um jornal poderia responder na Justiça se não excluísse um comentário de leitor (o artigo só versa sobre conteúdos gerados por terceiros) após um pedido de outro leitor ou de um político mencionado na mensagem, por exemplo.

O mesmo valeria para um vídeo no YouTube, uma foto no Facebook ou a uma publicação no Twitter.

Diante dessa possibilidade, organizações passaram a alertar para o risco de um cenário de censura privada, em que empresas dele-

tam conteúdo de modo automático para evitar litígios.

Outro receio é que o assunto seja encarado na ótica de polarização vítimas versus Google e Facebook, quando o contexto leva em conta qualquer tipo de aplicação, como Reclame Aqui, TripAdvisor, Wikipédia e contas de influenciadores no Instagram.

“O equilíbrio de direitos, de quando termina meu limite e começa o do outro, cabe ao Judiciário. A grande preocupação é que agentes privados exerçam papéis que são da Justiça”, diz Luiza Brandão, diretora do Instituto de Referência em Internet e Sociedade da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

A exceção do artigo 19 é a pornografia, cujo material deve ser retirado após simples notificação do usuário ofendido — por isso a decisão jurídica do Instagram em detectar previamente imagens que exibem mamilos.

Outros temas, como crime de racismo, falsidade ideológica e discurso de ódio, não são contemplados nominalmente no Marco Civil. Aparecem, entretanto, nos termos de uso de redes sociais.

“Às vezes não fica claro para as pessoas que, pelas políticas de uso, as empresas já abolem conteúdos. Elas não esperam e não precisam esperar por ordem da Justiça para retirá-los”, afirma Celina Bottino, diretora no ITS-Rio.

Antes do Marco Civil, as decisões se baseavam em uma determinação de 2010 do STJ (Superior Tribunal de Justiça), que deixava dúvidas se a eliminação deveria ser feita mediante notificação extra ou judicial, até que o Marco Civil regulamentou o caso.

Para especialistas, o retorno dessa dinâmica levaria à hiperjudicialização. Eles dizem que o cenário de discussão foi contaminado por assuntos diferentes que, embora tenham conexão, não são regulados no mesmo balaio: fake news em eleições, difamação e discurso de ódio.

“Desde 2009 a lei eleitoral passou a adotar um sistema de responsabilidade das plataformas similar ao do Marco Civil, com retirada após avaliação judicial de propaganda irregular. Se no campo político funciona, é incongruente mudar isso na regra geral”, diz André Giacchetta, do escritório Pinheiro Neto.

Entre envolvidos no debate, não está claro o que substituiria o artigo 19.

“O artigo optou pelo afastamento da responsabilidade primária da aplicação, salvo em questão de nudez de alguns casos de propriedade intelectual. Por que nudez dá responsabilidade direta às redes e outros assuntos, não?”, questiona Renato Opice Blum, coordenador de direito digital na Faap.

Dias Toffoli, à frente da discussão, tem se mostrado favorável a uma maior responsabilização das plataformas em algumas aparições.

Em diferentes ocasiões, uma lei recente da Alemanha surgiu nas argumentações. Aprovada em 2017, a Netzdg define que em hipóteses já consideradas ilegais — por exemplo, disseminação de símbolos inconstitucionais (como a suástica) — as plataformas com determinado número de usuários devem retirar os conteúdos depois de notificação e análise num período de 24 horas. A multa é de até € 50 milhões.

03 DEZ 2019

FOLHA DE S. PAULO

Justiça interdita ponte em São Vicente, no litoral sul de SP, por risco de desabamento

Klaus Richmond

SANTOS A Justiça determinou a interdição total da ponte dos Barreiros, em São Vicente, principal ligação entre a área insular e continental da cidade no litoral sul de São Paulo (a 74 km da capital). O local está fechado para o tráfego de veículos desde sábado (30).

A decisão atende a recomendação de um laudo técnico emitido pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) no último dia 26, que classificou como crítica a condição estrutural da ponte. Ela apresenta riscos de colapso, ou seja, de desabamento.

Na avaliação utilizada pelo IPT, que atribuiu nota de 1 a 5 para a condição da obra, a ponte recebeu a nota 1, considerada a mais crítica. O relatório ainda registra diversas fotos e estudos de pontos estruturais precários.

“O governo encomendou um estudo mais aprofundado, principalmente das estruturas mais profundas, aquelas que não podem ser vistas na superfície da ponte. De fato, os resultados que foram apresentados parcialmente demonstram que qualquer teste de carga é realmente um risco. E

neste [estudo] é também colocado como um risco até a operação rodoviária que ocorre no dia a dia”, disse o secretário de Transportes Metropolitanos, Alexandre Baldy.

De acordo com a prefeitura, o bloqueio afeta aproximadamente 150 mil moradores da região. Além disso, mais de 10 mil veículos trafegam diariamente pelo local.

A EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo) informou que 15 linhas intermunicipais de ônibus estão com trajeto alterado e com tempo médio de viagens maior. Os ônibus transportam mais de 43 mil passageiros diariamente para a região.

As rotas alternativas são significativamente mais longas e ocorrem por municípios vizinhos, Praia Grande ou Cubatão, utilizando a rodovia Padre Manoel da Nóbrega. Em uma delas, no km 280, há cobrança de pedágio no valor de R\$ 7,60.

Essa é a primeira interdição judicial da ponte, inaugurada em 1995. As inspeções do IPT ocorrem desde 2002. Desde então, novos laudos foram emitidos em 2006, 2008 e 2018.

66

De fato, os resultados que foram apresentados parcialmente demonstram que qualquer teste de carga é realmente um risco. E neste [estudo] é também colocado como um risco até a operação rodoviária que ocorre no dia a dia

Alexandre Baldy
secretário de Transportes Metropolitanos

No último relatório, em dezembro de 2018, foi recomendado um prazo de 180 dias para a implementação de medidas de reparo pela prefeitura local. O documento indicava, também, a necessidade de obras emergenciais de recuperação para evitar um possível desabamento.

Em agosto, foi adotada uma medida de segurança, definida em audiência de conciliação, para diminuir a circulação de veículos durante os horários de maior movimento para evitar sobrecarga sobre a ponte. O município instalou radares de velocidade sobre a ponte, limitando a 40km/h, e restringiu a circulação de caminhões com peso superior a 24 toneladas.

A ponte passou no fim de semana por um novo teste de carga, elaborado por uma empresa de engenharia contratada pela prefeitura de São Vicente após ordem judicial.

Em seu último posicionamento, o município confirmou que acataria a ordem judicial, mas que aguarda decisão definitiva, se a estrutura se manteria interdita ou se poderiam retomar o tráfego de veículos, com ou sem restrições.

03 DEZ 2019

FOLHA DE S. PAULO

FERNANDA MENA

Ausente em favelas em outros aspectos, Estado entra nas vielas com a polícia

SÃO PAULO Paraisópolis é a segunda maior favela de São Paulo e a quinta maior do país. Sobreviveu à especulação imobiliária encravada em uma região nobre e hoje concentra 100 mil moradores, 31% deles jovens de 15 a 29 anos.

Como em quase toda favela brasileira, além das moradias precárias, da falta de saneamento básico, da concentração de vulnerabilidades e da ausência do Estado de maneira geral, há uma carência de equipamentos de cultura e de lazer.

Talvez por isso Paraisópolis seja também o endereço do Baile da 17, considerado o maior baile funk de São Paulo.

Ali, reina o gênero criado nas favelas do Rio nos anos 1980, que rompeu preconceitos para conquistar os brasileiros do asfalto e as paradas internacionais de sucesso.

O batidão deve incomodar os vizinhos, mas o funk sofre desde o berço com narrativas criminalizantes que legitimam afrontas aos direitos de quem faz ou gosta desta cena. Seja por conta de letras que tratam do mundo do crime, seja porque há festas em que rola de tudo —o que, diga-se, não é exclusividade destes bailes—, a associação entre funk e crime é um processo muito semelhante àquele de que o samba, a capoeira e o rap já foram vítimas.

É preciso chamar a atenção para o que essas manifestações têm em comum: são expressões culturais que nasceram entre os afrobrasileiros, que são maioria absoluta entre os mais pobres e os moradores de favelas.

O batidão deve incomodar os vizinhos, mas o funk sofre desde o berço com narrativas criminalizantes que legitimam afrontas aos direitos de quem faz ou gosta desta cena

Em 2016, o então prefeito João Dória (PSDB), hoje governador e, portanto, chefe da Polícia Militar, declarou que os pancadões eram “um cancro que destrói a sociedade”.

Junte esses elementos à tradição brasileira de abuso policial nas abordagens a pessoas negras, aos crimes cometidos por policiais em ações realizadas nas favelas e bairros pobres e à escalada de discursos políticos de exaltação de medidas policiais extremas e chega-se à tragédia deste domingo em Paraisópolis.

Policiais militares fizeram uso de munição química para o que chamaram de uma “ação de controle de distúrbios civis”.

Os registros em vídeo de partes da ação deixam evidente o abuso, a humilhação e a tortura a que foram submetidos jovens frequentadores do baile nas vielas de Paraisópolis.

Encurralados, grupos eram agredidos indiscriminadamente. E a correria provocada pela ação desastrosa (ou criminoso) da PM levou nove pessoas a morrerem pisoteadas.

O registro de cenas de violência policial lembra outro episódio em que esse tipo de revelação chocou o país: os crimes policiais flagrados em 1997 na Favela Naval, em Diadema, na Grande São Paulo.

As imagens estão na internet e permitem aos brasileiros que não são negros nem pobres nem moradores de favela o testemunho de uma violência cotidiana para estes grupos. E podemos constatar também que avançamos

pouco nos 22 anos que separam os dois registros.

As imagens evidenciam ainda que o projeto de lei que institui a figura do excludente de ilicitude, menina dos olhos do presidente Jair Bolsonaro, é a receita do desastre. A proposta, que faz parte do pacote do ministro Sergio Moro (Justiça) isenta de punição policiais e militares que cometerem excessos em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Essas operações são quase sempre em favelas, onde a ausência de Estado em outras áreas essenciais à vida se expressa no excesso de presença policial e militar em ações pontuais, nunca permanentes. Paraisópolis, onde o Estado também não marca presença nem na coleta de esgoto, inaugurou sua primeira praça pública no sábado (30).

Ironicamente, ela é fruto de uma parceria entre iniciativa privada e União de Moradores, sem prefeitura nem governo do estado.

03 DEZ 2019

FOLHA DE S. PAULO

Aluno rico do Brasil lê pior que pobre de outros países

Nota dos mais ricos no Pisa é superada pela dos mais pobres de dez regiões

Thiago Amâncio
e Angela Pinho

SÃO PAULO Estudantes brasileiros de perfil socioeconômico e cultural mais elevados têm capacidade de leitura pior que a de alunos pobres de outros países, segundo o Pisa, avaliação internacional da educação, divulgado nesta terça-feira (3).

Os alunos brasileiros marcaram, em média, 415 pontos no ranking de leitura, o que coloca o país em 42º lugar numa lista de 77 —o Pisa considera Macau e Hong Kong, territórios da China com administração própria e certo grau de autonomia, como entidades independentes.

O relatório divide os alunos participantes em quatro grupos, de acordo com critérios socioeconômicos e culturais.

Quando se faz esse recorte por classe, a média do grupo dos alunos mais ricos chega a 470 pontos, o que coloca o país em uma posição pior, comparativamente, em relação aos outros analisados no mesmo grupo de renda —cai para a 54ª posição.

Contudo, a nota dos mais ricos do Brasil é superada pela dos mais pobres de dez países ou regiões: Beijing, Xangai, Jiangsu e Zhejiang (China); Macau (China); Estônia; Hong Kong (China); Cingapura; Canadá; Finlândia; Irlanda; Coreia do Sul e Reino Unido.

São países com histórico de alto investimento na educação nos últimos anos. Finlândia e China, por exemplo, disputam o topo desde que o ranking foi criado.

A nota média dos ricos de países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que faz o Pisa, foi de 534 pontos. Na liderança do ranking que considera só o topo da pirâmide estão China, Cingapura, Alemanha, Finlândia e Polônia.

Entre os estudantes pobres, o Brasil teve média de 373 pontos na avaliação de leitura, atrás de alunos do mesmo nível socioeconômico de Turquia (437), Chile (415), Costa Rica (392), México (382) e Uruguai (379), entre outros.

A avaliação do Pisa é feita com 600 mil estudantes de 15 anos de idade de 79 países e territórios do mundo. Neste ano, o foco foi em leitura, mas a prova também avalia a performance dos alunos em ciência e em matemática (que foram o tema central em outros anos).

A prova, feita a cada três anos, dura duas horas, tem questões abertas e de múltipla escolha, e é feita em um computador.

A avaliação da leitura leva em consideração a fluência do aluno, a capacidade de localizar informações, a compreensão do texto e a competência de avaliar e refletir sobre o que se leu.

A última vez que a leitura havia sido o foco do Pisa foi em 2009 e, desde então, essa disciplina mudou profundamente, segundo o relatório da avaliação.

“No passado, estudantes poderiam encontrar respostas simples e únicas às suas dúvidas em um conteúdo com curadoria cuidadosa, em livros didáticos aprovados pelo governo, e podiam confiar que aquelas respostas eram verdadeiras”, diz o texto.

“Hoje, os alunos encontram centenas de milhares de respostas às suas dúvidas na internet, e depende deles discernir o que é verdadeiro do que é falso, o que é certo do que é errado. Ler não significa mais extrair informação; significa construir conhecimento, pensar criticamente e fazer julgamentos bem fundamentados.”

O relatório do Pisa mostra que 9,5% dos estudantes de nível socioeconômico e cultural mais baixo do Brasil conseguem, mesmo assim, ter altas notas em leitura, o que é definido pela OCDE como “resiliência acadêmica”. Isso indica que a desvantagem não é um destino cravado, segundo a entidade. A média dos países da OCDE é de 11,3%.

CONTINUA

03 DEZ 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Uma preocupação está no fato de que cerca de 10% desses alunos mais pobres com altas notas não esperam fazer uma faculdade —entre os ricos, esse número é de 4%.

O relatório também mediu o bem-estar dos estudantes, de acordo com um questionário respondido por eles.

Os alunos de estratos sociais mais altos percebem mais apoio emocional dos pais (18,4%, ante 7,7% dos mais pobres), percebem mais entusiasmo dos professores (12,7%, contra 9,1% na classe mais baixa) e se dizem mais competitivos (13,6%, contra 8,9%).

Na outra ponta, estudantes pobres têm maior percepção do apoio dos professores (12%, contra 10,6% dos ricos) e tendem a cooperar mais entre si (11,9%, contra 10,3% dos ricos).

As meninas têm nota média superior à dos meninos na leitura no Brasil (426 contra 400), tendência que acontece também ao redor do mundo. Em ciência, a diferença é só de um ponto, com vantagem para elas (404 contra 403). Em matemática, por outro lado, os adolescentes fizeram, em média, 9 pontos a mais que as adolescentes.

A avaliação mostra ainda que a diferença de desempenho entre os 10% piores alunos brasileiros e os demais vem crescendo em leitura ao longo dos anos, desde a prova do ano 2000. Já em matemática, essa distância vem diminuindo —isso significa que os alunos com nota baixa têm conseguido se aproximar do restante. Em ciência, a diferença tem ficado estável.

Estudantes ricos do Brasil têm média em leitura pior que estudantes pobres de outros países

Pisa divide estudantes em quatro grupos de nível socioeconômico e cultural

	Nota média do Brasil em leitura	Comparação com alunos de mesmo nível em outros 77 países
4º grupo (mais pobres)	373	60º lugar
3º grupo	397	51º lugar
2º grupo	419	59º lugar
1º grupo (mais ricos)	470	54º lugar

Nota de estudantes mais pobres que superam os mais ricos do Brasil

	Nota média
Beijing, Xangai, Jiangsu e Zhejiang (China)	519
Macau (China)	511
Estônia	497
Hong Kong (China)	497
Cingapura	495
Canadá	485
Finlândia	483
Irlanda	482
Coreia	477
Reino Unido	471

03 DEZ 2019

O ESTADO DE S. PAULO

ELIANE
CANTANHÊDE

Infernópolis

{ Nove jovens mortos. Mas, com o excludente de ilicitude, vai ficar ainda mais macabro

Ao se transformar em Infernópolis, Paraisópolis confirma várias certezas num momento em que os governos e um lado doentio da sociedade aprovam e estimulam armas, polícias violentas e matanças de criminosos a qualquer custo. Não faltam “cidadãos do bem” pregando, sem um pingão de pudor, que “bandido bom é bandido morto”. Mas não são os bandidos, ou não só eles, que estão morrendo.

A palavra de ordem vem do próprio presidente da República e dos seus filhos, vai descendo para os governadores, atinge as secretarias de Segurança e, claro, chegamos à ponta: os próprios policiais, que são pagos para defender vidas humanas e acabam virando ameaças à sociedade. Não raro, cidadãos e cidadãs acabam tendo tanto medo do policial fardado quanto do bandido que surge do nada.

As investigações continuam para estabelecer responsabilidades e circunstâncias, mas o fato nu, cru e cruel em Paraisópolis é que nove jovens, entre 14 e 23 anos, morreram de maneira estúpida e inadmissível numa invasão policial num baile funk de fim de semana. Mais uma vez, como já é corriqueiro no Rio, por exemplo, nove famílias, uma comunidade, uma cidade, um Estado e um país sofrem a dor da morte, da violência, do descaso com a vida. E por quem? Por agentes do Estado, pagos inclusive pelos pais, mães, amigos e vizinhos das vítimas de Paraisópolis.

Os mesmos policiais ocupariam um show de rock nos Jardins, ou no Leblon, ou em Boa Viagem da mesma forma e com a mesma agressividade com que invadiram um baile funk da periferia com 5 mil jovens se divertindo num domingo à noite? E tratariam com socos e cassetetes os filhos da elite branca como fizeram com os filhos mulatos e negros de Paraisópolis?

Se a ordem para “meter o pau” vem de cima, é natural também que policiais de Pelotas (RS) espanquem dois garotos pobres com a mesma “eficiência” com que os de São Paulo atacaram a juventude de Paraisópolis. É como se houvesse uma licença para bater, para matar. “Mira a cabecinha e... fogo!”, como disse o governador do Rio, Wilson Witzel, aquele que comemorou com pulinhos e socos no ar – como se fosse um gol, uma festa – a morte de um sequestrador. A “cabecinha” de quem?

Num país tão injusto e tão desigual como o Brasil, o endurecimento contra os bandidos corresponde a uma espécie de pacto: é chato ter uma, duas, três, 20 crianças mortas pisoteadas ou por balas perdidas, mas, bem, esse é o preço para garantir a ordem e reduzir a criminalidade. Perverso? Mas real.

A morte de Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, com um tiro de fuzil disparado por um policial, comoveu o Brasil. De onde Ágatha era? Do Complexo do Alemão, equivalente ao Complexo do Chapadão, Comunidade da Chatuba, Bairro de Triagem e Bangu, todos no Rio, todos pobres, onde outras crianças também foram assassinadas brutalmente por balas perdidas.

Em resumo, o assassinato de crianças pobres, negras e mulatas é contabilizado como uma fatalidade, um efeito colateral do combate à criminalidade. A morte delas é o custo a pagar para que famílias brancas e ricas possam ter mais segurança...

Quanto menos direito à vida as comunidades, as crianças e os jovens pobres têm, mais o presidente Jair Bolsonaro defende o “excludente de ilicitude”, para livrar a cara de policiais que matam. Segundo ele, os bandidos “vão morrer na rua igual barata”.

O problema, presidente, é que nas democracias se matam bandidos apenas no último caso. E, na realidade brasileira, quem já está “morrendo igual barata” não são os bandidos, mas os filhos e filhas de pedreiros, empregadas domésticas, garis, pintores de parede. E sem o excludente de ilicitude... Com ele, a coisa vai ficar ainda mais macabra.

03 DEZ 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Violência inaceitável

O que se viu no baile funk na favela de Paraisópolis, na zona sul da capital, na madrugada

do domingo passado foi absolutamente inaceitável. Nove pessoas morreram pisoteadas e 12 ficaram feridas em razão de tumulto surgido a partir de uma ação da Polícia Militar (PM). Segundo a PM, agentes de segurança perseguiram dois suspeitos, que entraram no baile como meio de fuga. A polícia, então, invadiu a festa, que tinha cerca de 5 mil pessoas, para dar continuidade à perseguição, desencadeando uma grande confusão entre os participantes do evento.

É imprescindível investigar prontamente o que de fato ocorreu em Paraisópolis, identificando os responsáveis pelos trágicos acontecimentos. Há relatos e evidências de agressão de policiais contra os participantes da festa. A Polícia Civil e a Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo informaram que vão apurar as circunstâncias do caso.

De toda forma, as informações disponíveis até o momento indicam uma sucessão de graves erros do poder público, que, de forma alguma, poderiam ter ocorrido.

Em primeiro lugar, foi acintoso o despreparo dos policiais militares. Segundo o relato da própria corporação, os policiais colocaram em risco a vida e a integridade de 5 mil pessoas para perseguir dois suspeitos.

O mínimo senso de prudência recomendava que, quando os suspeitos entraram no baile para se esconder, a PM sustasse imediatamente a ação. Dar continuidade à perseguição policial num evento dessas proporções foi uma enorme temeridade. Os policiais ali presentes foram incapazes de avaliar minimamente os riscos que sua ação poderia desencadear.

Mesmo depois de ter entrado no baile perseguindo os dois suspeitos – o que já foi um sério erro operacional –, ao constatar que o intento de capturar os fugitivos tinha se frustrado e que sua presença no baile produzia considerável alvoroço, a PM deveria ter imediatamente agrupado seus agentes e se retirado. O primeiro erro – entrar no baile – não concedia autorização para novos e mais graves erros. A sequência de erros revelou preocupante falta de comando sobre os policiais presentes na área. O uso da força por parte do Estado não pode ser desorganizado, intempestivo e menos ainda acéfalo.

Dessa forma, o próprio relato da PM sobre o que ocorreu na madrugada de domingo passado em Paraisópolis contradiz a declaração do porta-voz da PM, tenente-coronel Emerson Massera, em entrevista à rádio *Eldorado*, de que ainda “não é possível apontar que houve uma falha dos policiais”. Houve, no mínimo, duas falhas graves flagrantes por parte da PM.

Outro aspecto da lamentável tragédia diz respeito à presença de menores de idade na fes-

ta. Dos nove jovens mortos, quatro eram menores de idade – três tinham 16 anos e um, 14 anos. A legislação estabelece uma série de condições para a realização de um evento com a participação de crianças e adolescentes. É competência da administração municipal averiguar o preenchimento desses requisitos, antes da concessão do alvará, bem como realizar a necessária fiscalização do cumprimento dessas condições.

Não se tem notícia de nenhuma autorização do poder público para a realização do Baile da Dz7, onde ocorreu a tragédia. Segundo o governador João Doria, “(o baile) não deveria sequer ter ocorrido, porque é ilegal. Fere a legislação municipal”. O mais espantoso é que esse baile é realizado há quase uma década, todos os fins de semana, de quinta a domingo. Trata-se de um evidente descaço do poder público, que permite a ocorrência continuada de uma atividade ilegal.

O poder público sabia perfeitamente da ocorrência do evento. No domingo, no local do baile, havia seis motocicletas da PM estacionadas, para reforçar o patrulhamento da região. O problema, portanto, não é a ausência do poder público. Há uma atuação disfuncional das autoridades. Espanta saber que elas se omitem do dever de proibir a organização continuada do baile funk ilegal; e apavora a constatação de que as autoridades exorbitam no uso da violência, sem motivo e sem objetivo plausíveis.

03 DEZ 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Para Moro,

2ª instância pode ser votada agora

Ministro da Justiça diz ser contra acordo para PEC da Câmara, conforme acertaram Maia e Alcolumbre

O ministro Sérgio Moro, da Justiça e Segurança Pública, afirmou ser contra deixar para 2020 a discussão sobre a prisão em segunda instância. Esse é o cenário mais provável no momento no Congresso, na medida em que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), costura acordo com líderes para aguardar a tramitação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) na Câmara.

Na primeira manifestação contrária ao acordo, Moro reafirmou que não é necessária PEC, e sim, projeto de lei, para promover a mudança, por meio da alteração do Código do Processo Penal. “Eu gostaria de ver isso aprovado o quanto antes. Se for possível aprovar por um projeto de lei neste ano, no Senado ou na Câmara, um tanto melhor. Por que a gente tem de esperar o ano que vem?”, perguntou em Moro, em entrevista à Rádio Jornal do Commercio de Caruaru.

“Mas, se a decisão do Congresso for fazer por uma emenda constitucional, que tenha alguns prazos maiores, aí é uma decisão do Congresso. O importante é a sociedade, nós ficamos vigilantes em relação a essa situação, para que possamos ver isso realizado.”

A tentativa de firmar um acordo para bloquear a tramitação das propostas no Senado foi encampada por Alcolumbre, em reunião com líderes do Congresso na terça-feira da semana passada. Após reação da ala contrária à solução, incluindo a presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Simone Tebet (MDB-MS), Alcolumbre decidiu aguardar a Câmara enviar um cronograma de tramitação da PEC e instalar comissão especial hoje. A expectativa é se Maia irá cumprir esse combinado.

● Mais propostas na fila

Fracassou ontem a primeira tentativa de agilizar votações da Câmara. A ideia era esvaziar a pauta, mas os deputados aprovaram dois pedidos de urgência, o que aumentou a fila de propostas.

Se a PEC da Câmara realmente for priorizada, a tramitação deve ser mais lenta e a aprovação, mais difícil. Uma PEC precisa de 308 votos na Câmara e 49 no Senado em dois turnos para ser aprovada, além de ter de passar por comissões antes do plenário, com até 40 sessões. Levantamento feito pelo Estado em novembro mostra que prisão após segunda instância tem maioria no Congresso.

Já um projeto de lei, como querem Moro e a bancada “lavajartista”, precisa de maioria simples nas duas Casas. Defensores da proposta dizem já ter votos para aprovar o projeto. Reservadamente, parlamentares avaliam que a estratégia de priorizar a PEC da Câmara leva em conta que os deputados dificilmente votarão a proposta em plenário rapidamente. Ou seja, esperar a Câmara e evitar que o Senado aprove outra proposta deixaria o assunto em “banho-maria”.

Deputados do Centrão argumentam que a PEC da Câmara, ao alcançar mais processos além de acusações penais, é uma discussão mais justa e aplica a segunda instância “para todos”. A proposta tem um efeito ampliado e afetar não só ações na área criminal, mas também antecipar o pagamento de dívidas cobradas na Justiça, aumentando despesas para União, Estados, municípios e empresas.

“Eu sou daqueles que prefiro esperar mais um mês e dar uma solução robusta, estruturada que responde à população, que dá estabilidade para as instituições a embarcar numa aventura, para fazer demagogia, sabendo que ela não terá efeito prático nenhum ou que ela pode mudar ali na próxima esquina”, disse o deputado Marcelo Ramos (PL-AM). / BRENO PIRES e D.W.

03 DEZ 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça no Bairro realiza 7 mil atendimentos

O Programa Justiça no Bairro realizou 7 mil atendimentos da Justiça na Rua da Cidadania do Boqueirão, na última sexta-feira e sábado (29 e 30/12). A população do Boqueirão e região teve acesso a serviços gratuitos do Poder Judiciário, Ministério Público e da Prefeitura.

Foram realizados atendimentos jurisdicionais, audiências de conciliação, orientações e pronto-atendimento das ações nas áreas Cível (curatela) e Família (divórcio, alimentos, guarda, regulamentação de visitas, reconhecimento de paternidade/maternidade, reconhecimento e dissolução de união estável, restabelecimento de sociedade conjugal, tutela e alvará, retificação de registro civil e outros) e exames de DNA.

“Para mim, foi uma alegria trazer mais uma vez o Justiça no Bairro à Rua da Cidadania do Boqueirão, onde iniciei esse projeto em 2003”, lembrou a desembargadora Joeci Caramargo, uma das organizadoras do programa. ■

03 DEZ 2019

BEMPARANÁ

Defesa pede à Justiça soltura de Edson Brittes, réu confesso no caso Daniel

A defesa de Edson Brittes Junior pediu à 1ª Vara Criminal do Foro Regional de São José dos Pinhais, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a liberdade do acusado e réu confesso pela morte do jogador Daniel Corrêa Freitas. O pedido foi protocolado no Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná ontem. Ele é o único dos sete réus do processo que ainda está preso.

TRIBUNA DO PARANÁ

Tornozeleira

A defesa de Edson Brittes, assassino confesso da morte do jogador Daniel Corrêa Freitas, pediu ontem, à 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, a liberdade do réu. Ele é o único indiciado do caso que segue preso, na Penitenciária Central do Estado (PCE). O advogado de defesa do réu pede que o réu passe a usar tornozeleira eletrônica. Segundo a defesa, o pedido tem base no fato de que a fase de depoimentos do processo está encerrado e o réu não oferece risco ao seu andamento. A juíza da Vara, Luciani Regina Martins de Paula, não se manifestou sobre o caso.

METRO

Caso Daniel. Defesa pede liberdade de Edson Brittes

A defesa de Edson Brittes Júnior, que confessou ter matado o jogador Daniel Corrêa Freitas, pediu ontem que ele responda ao processo em liberdade. Brittes está preso desde outubro do ano passado, quando o corpo de Daniel foi encontrado em uma área de mata em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba.

O pedido da defesa será analisado pela juíza responsável pelo caso, Luciani Regina Martins de Paula, de São José dos Pinhais. Outros seis réus no processo respondem em liberdade, entre eles a mulher de Edson, Cristiana Brittes, e a filha do casal, Allana.

Edson Brittes é réu por homicídio qualificado, ocultação de cadáver, fraude processual, corrupção de adolescente e coações no curso do processo.



Brittes está preso na penitenciária de Piraquara | REPRODUÇÃO/FACEBOOK

Daniel foi morto depois de participar do aniversário de Allana Brittes, em uma casa noturna de Curitiba. De lá, o grupo seguiu para a casa da família, em São José dos Pinhais. O corpo foi encontrado degolado e com o pênis decepado. Brittes alega que Daniel tentou estuprar Cristiana

📍 METRO CURITIBA

SEGURANÇA GARANTIDA

Redação
jornalismo@tribunadoparana.com.br

O caso da menina de oito anos resgatada pela polícia do lado de fora de um abrigo infantil em Santa Felicidade, Curitiba, na noite da última sexta-feira segue sob sigilo. De acordo com informações divulgadas pelo Conselho Tutelar de Santa Felicidade ontem à tarde, a criança está sendo acompanhada pelos conselheiros para garantir sua proteção.

“Informações sobre o caso serão passadas somente ao Juizado da Infância e Juventude através de relatório”, esclarece o Conselho Tutelar de Santa Felicidade, em nota.

Já a cuidadora do abrigo, que foi levada para a Central de Flagrantes da Polícia Civil, em Curitiba, após ter supostamente aplicado o castigo à criança, responde ao processo em liberdade.

“Ela foi autuada em flagrante delito pelo crime de maus-tratos em situação de violência doméstica e familiar, pagou fiança de R\$ 1 mil reais e encontra-se em liberdade. O procedimento criminal já foi comunicado ao Poder Judiciário e Ministério Público”, informa a Polícia Civil.

A representante do abrigo contesta a versão de maus-tratos, afirmando que a criança foi para o lado de fora por conta própria.

Conselho Tutelar só vai passar informações sobre o caso ao Juizado da Infância e Juventude.

Entenda o caso

A menina foi encontrada por duas mulheres que passavam em frente ao abrigo de carro, na Rua Padre José Martini, por volta das 22h30 de sexta-feira. A criança estava apenas com um cobertor e o portão da entrada principal local estava cadeado. A criança disse às mulheres que teria sido colocada para fora como castigo, por pegar uma maçã e um pedaço de queijo na geladeira do abrigo, por estar com fome.

A Polícia Militar (PM) foi acionada e nos registros da ocorrência, atendida por uma equipe do 12º Batalhão da PM, consta que os policiais confirmaram a situação de maus-tratos com as solicitantes e com a menina.

BEMPARANÁ

sítio

Lula recorre ao STF contra condenação

A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) entrou ontem com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a anulação do julgamento que levou à condenação de 17 anos e um mês de prisão imposta pelo Tribunal Regional Federal (TRF-4), o Tribunal da Lava Jato, no caso do sítio de Atibaia. A sentença contra o petista foi aumentada.

O advogado Cristiano Zanin, que defende Lula, classificou como “constrangimento ilegal” a decisão do tribunal, que elevou a pena do petista antes prevista em 12 anos e 11 meses de reclusão. O defensor do ex-presidente afirma que, se o Supremo negar seguimento ao pedido, estaria cometendo uma “grave ilegalidade”.

“Em um Estado Democrático de Direito, não pode um constrangimento ilegal contra a liberdade de um cidadão deixar de ser sanado pelo Poder Judiciário por obstáculo de regra procedimental. Aliás, muito pelo contrário, como já exposto acima, a possibilidade de imediato afastamento de constrangimento ilegal em Habeas Corpus é previsto tanto em lei”.

03 DEZ 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Defesa de Lula recorre ao STF no caso do sítio

A defesa do ex-presidente Lula pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) a anulação do julgamento que levou à condenação de 17 anos e um mês de prisão imposta pelo Tribunal Regional Federal (TRF-4), o Tribunal da Lava Jato, no caso do sítio de Atibaia. A sentença foi a mais pesada contra o petista, acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

O advogado Cristiano Zanin, que defende Lula, classificou como “constrangimento ilegal” a decisão do tribunal, que elevou a pena do petista antes prevista em 12 anos e 11 meses de reclusão. O defensor do ex-presidente afirma que, se o Supremo negar seguimento ao pedido, estaria cometendo uma “grave ilegalidade”.

“Em um Estado Democrático de Direito, não pode um constrangimento ilegal contra a liberdade de um cidadão deixar de ser sanado pelo Poder Judiciário por obstáculo de regra procedimental. Aliás, muito pelo contrário, como já exposto acima, a possibilidade de imediato afastamento de constrangimento ilegal em Habeas Corpus é previsto tanto em lei, como no Regimento Interno desta Excelsa Corte.” ●


R\$ 4 bi da Lava Jato

Ao longo de mais de cinco anos da Operação Lava Jato em Curitiba, chega a R\$ 4.069.514.758,69 o total de valores recuperados por meio de acordos de colaboração premiada, acordos de leniência, termo de ajustamento de conduta (TAC) e renúncias voluntárias de réus ou condenados, já efetivamente restituídos. ●

03 DEZ 2019

METRO

Riquixá. MP denuncia seis suspeitos

O MP (Ministério Público) do Paraná denunciou ontem seis pessoas pelo crime de lavagem de dinheiro no âmbito da Operação Riquixá, que investiga supostas fraudes em licitações para a concessão de serviços de transporte coletivo em várias cidades do país. Segundo o MP, os seis suspeitos (que já foram denunciados em julho do ano passado) eram vinculados a um escritório de advocacia e a uma empresa de engenharia e receberam R\$ 900 mil em pagamentos ilícitos na forma de honorários, com notas fiscais frias, para o grupo investigado participar de concorrências públicas de transporte coletivo fraudadas em várias cidades brasileiras.  METRO CURITIBA

Desembargador manda soltar irmão de Dirceu

Desembargador da 15ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo, Wilian Campos determinou ontem a soltura de Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, irmão do ex-ministro José Dirceu. O magistrado concedeu liminar determinando que o réu aguarde em liberdade o julgamento de habeas corpus impetrado pela defesa com base no recente entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) que derrubou a possibilidade de prisão em segunda instância. O irmão de Dirceu foi condenado pela Lava Jato pelos crimes de lavagem de dinheiro e pertinência à organização criminosa. Ele também recebeu propina da Engevix Engenharia.

03 DEZ 2019

FOLHA DE LONDRINA

Em balanço,

Lava Jato diz que já devolveu R\$ 4 bi

Segundo a força-tarefa, operação iniciada há cinco anos levou a condenações que somam 2.249 anos de prisão para acusados de corrupção e lavagem de dinheiro

São Paulo - Ao longo de mais de cinco anos da Operação Lava Jato em Curitiba, chega a R\$ 4.069.514.758,69 o total de valores recuperados por meio de acordos de colaboração premiada, acordos de leniência, termo de ajustamento de conduta (TAC) e renúncias voluntárias de réus ou condenados, já efetivamente restituídos. Este montante foi atingido no mês de outubro, com o início da aplicação de

monstram que o compromisso do Ministério Público Federal é o de investigar e punir os responsáveis e recuperar o dinheiro desviado", declarou o procurador Júlio Noronha, integrante da força-tarefa da Lava Jato.

Noronha observa que "ao longo de todo o tempo da operação, muitas provas foram obtidas em acordos de colaboração, mandados de busca e apreensão e nas centenas de pedidos de cooperação inter-

conforme previsto no termo de leniência já homologado pela 5.ª Câmara de Coordenação e Revisão (5CCR) do Ministério Público Federal.

Além do retorno por meio da redução das tarifas e comprometimento de realização de obras nas estradas, outros recursos alcançados pela operação foram restituídos aos cofres da Petrobras, da União, e também transferidos para a 11.ª Vara da Seção Judiciária de Goiás.

Os mais de R\$ 4 bilhões devolvidos estão divididos em R\$ 570 milhões para subsidiar a redução dos pedágios no Paraná administrados por duas concessionárias, sendo R\$ 220 milhões pela Ecorodovias e R\$ 350 milhões pela Rodonorte.

Um volume de R\$ 3.023.990.764,92 referentes a valores já destinados à Petrobras em razão do esquema criminoso descoberto na operação; mais R\$ 416.523.412,77 destinados aos cofres da União; e R\$ 59 milhões transferidos para a 11.ª Vara da Seção Judiciária de Goiás. Durante o ano de 2019 foram efetivamente devolvidos R\$ 1.691.320.959,83 do valor total.

"O compromisso do MPF é o de investigar e punir os responsáveis e recuperar o dinheiro desviado"

R\$ 220 milhões pela Ecorodovias para subsidiar a redução de 30% na tarifa das praças de pedágio da empresa.

Até aqui, desde que foi deflagrada em sua primeira fase, em março de 2014, a Lava Jato já levou a condenações que somam 2.249 anos de prisão para acusados de corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa no âmbito da Petrobras, entre 2004 e 2014.

"Estes resultados só de-

nacional".

"Todo esse material reunido, e agora analisado pela força-tarefa, cria a perspectiva de que o trabalho possa avançar ainda mais", avisa o procurador.

PEDÁGIO MAIS BARATO

Desde outubro, os usuários das rodovias federais que cruzam as seis praças de pedágio da Ecorodovias no Paraná já estão pagando mais barato,

03 DEZ 2019

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

TIRAR O TÍTULO FICOU MAIS FÁCIL

A partir desta segunda-feira (02), os eleitores do Paraná podem se dirigir a qualquer fórum eleitoral do Estado para obter o primeiro título e a segunda via ou realizar transferência e alterações no cadastro. Até então este atendimento era feito somente na zona onde o cidadão possui domicílio eleitoral. O Paraná é o primeiro Estado do Brasil a adotar em todas as cidades este modelo de atuação, batizado de Título Fácil. O serviço foi regulamentado pela Resolução do TRE-PR nº 838/2019.

CLAUDIO HUMBERTO

MOLEZA OFICIAL

Judiciário e carreiras jurídicas têm 60 dias de "recesso". Incluindo feriados e a reunião dos Brics, serão 83 dias de folga oficial em 2019.

TERROR E PÂNICO

A PEC da Reforma Administrativa não anda porque Judiciário e carreiras jurídicas não abrem mão da regalia de dois meses de férias.

INVESTIGADOS QUEREM DISPUTAR ELEIÇÃO NO TJ-BAHIA

Afastados do Tribunal de Justiça da Bahia no escândalo de venda de sentenças, investigado na Operação Faroeste, os desembargadores Maria da Graça Pimentel Leal e José Olegário Monção Caldas manobram para adiar a eleição desta quarta (4) para substituir o atual presidente, também afastado. Ambos são candidatos. Os envolvidos na maracutaia, incluindo a ex-presidente do TJBA Maria do Socorro Santiago, agora presa, acham que tudo vai dar acabar em acarajé.